
POLÍTICA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PIAUÍ: MASSIFICAÇÃO E/OU INTERIORIZAÇÃO PARA INCLUSÃO?*

Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira

Professora substituta da UFPI

Mestre em Educação – UFPI

teresinha.nogueira@uol.com.br

Resumo

Busca-se neste artigo analisar a expansão da educação superior no contexto das mudanças político-sociais quanto à sua qualidade social para a cidade de Corrente – Piauí, na década de 1990. Diante do caráter minimalista e desregulamentador dessas políticas, questiona-se: Está a política de expansão possibilitando a inserção social e/ou a massificação da educação? Tem-se como referencial teórico sobre a educação superior Fávero (1980), Chauí (2001), Gentili (2001), Pimenta; Anastasiou (2002). Sendo uma pesquisa qualitativa, utilizaram-se depoimentos sob orientações da história oral de Thompson (2002), Le Goff (2003) e outros. Com base nos novos sujeitos e objetos da Nova História Cultural, analisaram-se relatos orais de alunos e professores da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Observa-se que esta política de expansão, apesar de seu caráter de massificação, possibilitou a construção de uma nova história da educação superior nessa região por novos sujeitos, promovendo a inserção social destes, desconstruindo o caráter elitista da educação superior.

Palavras-chave: Educação. Expansão. Política social.

Abstract

This article seeks to analyze the expansion of the university education in the context of the politicosocial changes referring to its social quality for the city of Corrente – Piauí, in the decade of 90. In face of the minimalist and desregulatory character of these politics, it is questioned: Is the expansion politics making possible the social insertion and/or the massification of the education? As theoretical references were held Fávero (1980), Chauí (2001), Anastasiou (2002) and others. Depositions were used under the direction of the oral history of Thompson (2002), Le Goff (2003) and others. Oral stories of pupils and professors of the State University of Piauí – UESPI were analyzed. It is observed that these expansion politics, although having a character of massification, made possible the construction of a new history of the university education in this region, promoting the social insertion, deconstructing the elitist character of the university education.

Keywords: Education. Expansion. Social Politic.

*Recebido em: novembro de 2005.

* Aceito em: abril de 2006.

Introdução

Tendo em vista que a sociedade brasileira tem como elemento regulador um Estado capitalista, as políticas deste Estado objetivam desenvolver e consolidar a ordem capitalista, favorecendo os interesses privados em detrimento dos interesses coletivos. Saviani (1999) considera que o Estado capitalista impõe um “caráter anti-social” à “política econômica”. Entretanto observa-se que, contrariamente ao pretendido, essa política atua no sentido de desestabilizar “a ordem capitalista”, fazendo-se necessárias “políticas sociais” para contrabalançar essa situação. Desenvolvem-se “políticas sociais”, nas diversas áreas, como saúde, previdência e assistência social, cultura, comunicação e também a educação.

A política educacional brasileira compõe um conjunto de medidas que o Estado adota para a educação no País. Essas medidas se situam na área social, configurando-se como uma “política social”. Devido ao caráter econômico centrado na sociedade privada dos bens produzidos coletivamente, a produção social das riquezas torna-se interesse privado, subordinando-se à classe que detém o controle desses meios de produção.

Portanto, considerando a educação como prática social inserida nesse contexto, busca-se refletir sobre a função social das políticas de expansão da educação superior no estado do Piauí, mais especificamente sua interiorização até a cidade de Corrente, reconhecendo a universidade como uma “instituição social multissecular”.

Em uma análise e reflexão acerca dessa política de expansão da educação superior no contexto das mudanças político-sociais, partiu-se dos seguintes questionamentos: Está a política dos

seguintes expansão da educação superior no estado do Piauí possibilitando a inserção social e/ou a massificação da educação? Qual a importância da política de expansão da educação superior para cidade de Corrente? Qual a função da universidade nesse contexto?

Por meio de uma abordagem qualitativa, partiu-se de uma visão da Nova História Cultural, realizando-se uma pesquisa de campo por meio de entrevistas semi-estruturadas, a forma metodológica mais usual de obtenção de dados na história oral. Utilizou-se também história oral de vida de ex-alunos da UESPI- Campus de Corrente, PI. Os relatos orais possibilitaram a representação das paisagens, proporcionando um esboço das diversas situações vividas e fazendo emergir questionamentos, em suas respostas e a percepção dos sentimentos em suas diversas configurações. Têm-se configurações, na visão de Norbert Elias (1970), como qualquer situação concreta de interdependência.

Nesse sentido, procurou-se analisar os depoimentos orais de professores, coordenadores e ex-alunos (atores sociais da interiorização da educação superior), o que possibilitou compreender as inter-relações construídas no decorrer das histórias narradas e as tendências das políticas da educação superior, fazendo-se um breve histórico dessas tendências e da expansão da educação superior até a cidade de Corrente-PI, com ênfase na qualidade social dessa educação, por meio do olhar de seus protagonistas.

A seguir esboçam-se análises construídas no processo de investigação a partir das quais foi possível se chegar a algumas considerações sobre a política de expansão da educação superior bem como perceber sua qualidade social, tendo por base a investigação realizada na

microrregião do Extremo Sul do Piauí, representada pela cidade de Corrente. Tem-se o trabalho dividido em dois momentos: o primeiro apresenta abordagem histórica das tendências da política educacional brasileira enquanto o segundo traz uma análise sobre a educação superior em Corrente, sob o olhar de seus protagonistas.

Tendências da Política Educacional Brasileira: olhando a história

Percebe-se uma tendência na política educacional brasileira que aponta para um discurso que, segundo Oliveira (1998, p. 44), pode ser considerado “[...] ‘neoliberal da defesa da educação como via de acesso à modernidade’ como elemento aglutinador das principais tendências que tomam corpo no cenário da educação”. A adoção dessas políticas consideradas neoliberais deu-se a partir da crise do capitalismo nos, anos 70, com a intensificação do processo de mundialização do capital financeiro, ocorrida principalmente na década de 1990, passando o mercado a ser o portador de racionalidade econômica e a ser considerado como “[...] princípio fundador, unificador e auto-regulador da sociedade global competitiva [...]” (DOURADO; OLIVEIRA; CATANI, 2003, p. 17).

Isso significa a formação de um mundo de trabalho e de produção que expressa as significativas transformações que são oriundas do “[...] incremento das relações sociais capitalistas e traduzidas, nessa virada de século, pelo expressivo avanço tecnológico e pela globalização do capital e do trabalho. Essas transformações societárias redimensionam o papel da educação e da escola” (DOURADO, 2001,

p. 49).

Nesse contexto, as agências educacionais são vislumbradas como elos de socialização de conhecimentos técnico-científicos, que vem sendo historicamente produzidos pelo desenvolvimento de habilidades e competências sociais que, segundo Frigotto (1998, p. 15), está em sintonia com o setor produtivo: “educação formal e a qualificação formal são situados como elementos de competitividade, reestruturação produtiva e da ‘empregabilidade’.”

É nesse cenário, cujo processo de reforma do Estado assenta-se na modernização, racionalização e privatização, com o mercado como portador da “racionalidade sociopolítica conservadora” (DOURADO, 2001), que se desenvolvem políticas educacionais, possibilitando o processo de reforma do sistema educativo no Brasil. Acontecem também nesse contexto as reformas da educação superior e, em especial, da educação pública.

Devem-se levar em conta essas mudanças conjunturais que, de certa forma, influenciaram as políticas e gestão da educação superior. Instituições como o Estado vem se esvaziando em suas políticas sociais, manifestando seu poder nas representações de segmentos privilegiados. As leis são determinadas pela economia do mercado (SEVERINO, 2003).

Um olhar para a história revela que a cooperação internacional para a educação brasileira inicia-se a partir dos anos de 1930, período considerado por Fonseca (1998, p. 88) como “[...] um estágio de intensa integração entre associações de educadores, brasileiras e norte-americanas”.

O ideal de universalização do ensino básico no início dos anos 60 influencia a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 20 de

dezembro de 1961 (Lei 4.024), que representou a vitória das forças conservadoras e privatistas, levando também a prejuízos quanto à distribuição dos recursos públicos e à ampliação de oportunidades educacionais (SHIROMA, 2004).

Posteriormente, o governo providencia a Lei nº 4.464/65 para regulamentar, na época, a organização, o funcionamento e a gestão dos órgãos de representação estudantil, assim como também as assinaturas dos acordos chamados MEC-USAID¹. As universidades constituem-se em espaços de resistência manifesta ao regime.

Em julho de 1968, foram desenvolvidos estudos pelo Grupo de Trabalho criado por decreto do Presidente Marechal Arthur da Costa e Silva, que delegou a esse grupo pesquisar e elaborar uma proposta de reforma universitária. Segundo o decreto, os estudos objetivavam garantir “[...] eficiência, modernização e flexibilidade administrativa’ da universidade brasileira, tendo em vista a ‘formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país” (SAVIANI, 1988, p. 81). Esse estudo deu origem ao Projeto que, por sua vez, originou a Lei 5.540/68.

Tal lei é um produto do regime político do contexto da época, caracterizado pelos reflexos do golpe militar de 1964. Segundo Florestan Fernandes, os interesses do grupo:

[...] não encarna a vontade da Nação, mas dos círculos conservadores que empalmaram o poder, através de um golpe de Estado militar. Por mais respeitáveis ou bem-intencionados que sejam os seus componentes, eles se converteram, individual e coletivamente,

em delegados dos detentores do poder e em arautos de uma reforma universitária consentida. (FERNANDES, 1975, p. 202).

Com a Lei 5.540/68 e, posteriormente o Ato Institucional nº. 5, de 13 de fevereiro de 1969, há a consumação de uma ruptura política no âmbito educacional, sendo o setor estudantil afastado de maneira deliberada do regime.

Tem-se aí uma estrutura de ensino superior preconizada pela reforma, pois a lei institui a departamentalização, a matrícula por disciplina, o regime de créditos, entre outros dispositivos administrativos e pedagógicos, com um propósito político profundo de causar a desorganização dos alunos, espalhando-os por turma, e dessa forma desmobilizando um grupo antes coeso durante todo um curso.

A expansão da universidade, na prática, ocorreu por uma abertura de forma indiscriminada, conforme autorização do Conselho Federal de Educação, havendo a expansão de escolas privadas.

Foram inúmeras as possibilidades que levaram a se instalar no país uma vasta rede de estabelecimentos privados de ensino superior, a partir de 1968, pois foram estimulados pelo governo por meio de subsídios diretos ou indiretos, como a isenção de impostos, além da ausência de fiscalização por parte do MEC. Dessa forma houve a expansão indiscriminada da rede particular e redução da rede pública.

A Universidade aparece na Constituição de 1988, Art. 207, o qual se refere a essa instituição como dotada de autonomia, para cuja identidade torna-se essencial a indissociabilidade entre ensino,

¹ Conjunto de doze acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agency for International Development, no período de 1964 e janeiro de 1968, que comprometeu a política educacional brasileira às determinações de técnicos norte-americanos.

pesquisa e extensão, tornando-se este o perfil das universidades públicas, principalmente as federais. De acordo com Carlos Jamil Cury (2002, p. 31), esse modelo de “[...] ‘grande Universidade’ será posto em causa por administradores dos sistemas que porão em questão os custos de sustentação das universidades face a este modelo no modo de ser universidade”.

Com a Constituição atual, são incorporadas reivindicações relativas ao ensino superior, tais como a autonomia universitária, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, garantia de gratuidade nos estabelecimentos oficiais, assegurando também o ingresso por concurso público e regime jurídico único. Com isso, passou-se a reivindicar a expansão das vagas das universidades públicas.

A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, instituiu o PNE - Plano Nacional de Educação, que, no âmbito do ensino superior, deixa explícita a diferença entre “universidade de pesquisa” e “Universidade de ensino”. Conforme Saviani, o PNE prevê a ampliação da oferta de ensino público em 200% das vagas públicas nos próximos dez anos. Mas o que se percebe é que não foi previsto nenhum investimento público adicional nessa área.

O Plano Nacional de Educação também estipula um aumento de 30% dos jovens na faixa etária de 17 e 24 anos, até 2011, que deverão estar cursando o ensino superior; a ampliação das vagas nas universidades públicas em 40%; facilidade de acesso, até 2011, de jovens carentes ao ensino superior. Porém, observa-se que apenas 9% dos brasileiros nessa faixa etária estão cursando este ensino e que o número de matrículas aumentou 82,9% entre 1998 e 2003, mas ainda está distante do estipulado pelo PNE (ALMANAQUE ABRIL, 2005).

Assim, percebe-se o sistema de educação superior como um conjunto diversificado de instituições que atendem às diferentes demandas e funções, sendo que as universidades se constituem, a partir da reflexão e da pesquisa, como o “principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade” (BRASIL-PNE, 2003, p. 54).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº. 9.394/96 possibilitou que o sistema se tornasse mais heterogêneo, pois possibilitou uma variedade de instituições de ensino superior. São elas: universidade – caracteriza-se por autonomia didática, administrativa e financeira, por desenvolver ensino, extensão e pesquisa, contando com um número expressivo de mestres e doutores; Centro universitário – caracteriza-se por atuar em uma ou mais áreas, com autonomia para abrir e fechar cursos e vagas de graduação e ensino de excelência; Faculdades integradas – reúnem instituições de diferentes áreas do conhecimento e oferecem ensino, às vezes extensão e pesquisa; Institutos ou Escolas Superiores – atuam em área específica do conhecimento e podem ou não fazer pesquisa, além do ensino, dependendo do Conselho Nacional de Educação para criação de novos cursos.

Desta forma percebe-se cada vez mais a tendência de se tentar inserir as instituições na lógica do mercado. O Brasil e praticamente todos os países latino-americanos passam por profundas transformações durante as décadas neoliberais, iniciadas no Brasil em 1989, com as eleições de Fernando Collor. Nesse contexto, surgem questionamentos acerca das políticas de expansão da educação superior. Pois, ao procurar atender às políticas internacionais, a universidade perde seu papel reconhecido historicamente, que é o de

ser uma “instituição social multissecular”? No Piauí, como vêm se realizando essas políticas?

A educação superior no Piauí, de acordo com a Fundação Centro de Pesquisa (2003), apresenta-se com duas universidades e um centro tecnológico superior públicos e vinte e quatro faculdades particulares. Segundo dados de 2002 (CEPRO, 2003), tem-se ao todo 236 cursos de nível superior oferecidos, sendo que 89,0% ministrados pelas instituições públicas e 11,0%, pelas particulares. Coloca-se em evidência a Universidade Estadual do Piauí pelo maior número de cursos oferecidos (161 em 2001). De acordo com a Fundação Cepro (2003, p. 61-62), a UESPI

[...] em 2002 estava presente em nada menos do que em 30 municípios piauienses, tendo oferecido 7.031 vagas e matriculado, nesse mesmo ano, cerca de 18.622 alunos. Como destaque, implantou os cursos de Medicina e de Fisioterapia e o sistema de cursos de formação específica ou seqüenciais. [...] No âmbito privado [...] o número de oito faculdades existentes em 2001 foi triplicado em um único ano, resultando, em 2002, na existência de 24 estabelecimentos, dos quais cerca de 90% estão situados na capital

De acordo com os dados da Fundação Centro de Pesquisa, pode-se visualizar no Piauí uma expansão do ensino público, por meio de um crescimento em número de campi e cursos, bem maior do que o crescimento do ensino privado, diferentemente do que se vem delineando em nível nacional. Esse crescimento foi maior na Universidade Estadual.

Saviani (1999, p. 85) considera que a política de ensino superior está baseada na dualidade entre

[...] ‘universidade de pesquisa’, constituída por poucos centros de

excelência mantidos diretamente ou fortemente subsidiados com recursos públicos, e ‘universidade de ensino’, constituídas por uma ampla e diversificada gama de instituições públicas, semipúblicas e privadas com ou sem fins lucrativos, as quais absorvem a grande maioria do alunado.

Percebe-se que no Brasil o aumento de vagas no ensino superior ocorre pela via de expansão da rede privada de ensino. No entanto, como se vê nos dados da FUNDAÇÃO CEPRO, a expansão da educação superior no Piauí, apesar de também ocorrer pela iniciativa privada, tem sido mais intensa pela Universidade Estadual, presente em lugares inusitados, cidades sem infra-estrutura, enfim nos mais distantes rincões do Piauí, chegando até ao extremo sul.

Dessa forma, fez-se uma análise da educação superior em seu processo de expansão na cidade de Corrente, representando a Microrregião do Extremo Sul Piauiense. Questionou-se como vem acontecendo essa expansão da educação superior nessa região, sentido da promoção da inclusão social.

A educação superior em Corrente: interiorização com inclusão social

Shiroma, Moraes e Evangelista (2004) evidenciam que na década de 90, a política educacional, quanto ao ensino superior, favoreceu a expansão da oferta pública, mas também tornou possível a transferência de recursos públicos para instituições privadas de ensino superior, levando a rede particular a atender 66,7% dos alunos. Desse modo, podem ser identificadas algumas intenções das políticas configuradas nas Leis, as quais justificam a implantação

da educação superior e seus objetivos:

O primeiro era de assegurar a ampliação da oferta do ensino fundamental para garantir formação e qualificação mínima à inserção de amplos setores das classes trabalhadoras [...]. O segundo, o de criar as condições para a formação de uma mão-de-obra qualificada para os escalões mais altos da administração pública [...]. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2004, p. 36).

Nesse sentido, ocorre na década de 1990 o que Chauí (2001) denomina de “universidade operacional”, voltada para transmissão de conhecimento de maneira rápida, proporcionando uma habilitação para graduados cuja preocupação é atender à demanda do mercado de trabalho, “[...] busca-se restringir o papel da universidade ao treinamento, adiestramento”(PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 169-170). Observa-se que é nesse contexto que ocorre o processo de expansão da universidade no Brasil e no Piauí.

Em seu aspecto político, o Brasil exige uma expansão de forma acelerada em nível de educação superior. Essa expansão, por sua vez, está voltada para a quantidade, baseando-se na extensão do sistema, sem preocupar-se com diretrizes históricas representadas pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Para pesquisadores como Dourado e Catani (1999) e Saviani (1999), essa expansão tem por objetivo atender às demandas para este nível de ensino, sem garantir a democratização e a qualidade.

Quanto à cidade de Corrente, qual o objetivo dessa expansão? Está a expansão até o extremo sul do Piauí (Corrente) garantindo a democratização e a qualidade?

Procurou-se, entretanto, não propriamente responder aos questionamentos, mas sim propor reflexões

sobre a expansão da educação superior até Corrente por meio do olhar de seus protagonistas, em seus relatos, em suas memórias, pois “[...] os relatos vão devolver a história através de suas palavras conferindo-lhe um passado, traçando identidades” (THOMPSON, 2002, p. 337).

Segundo Ferreira e Grossi (2004), é através dos hábitos, das práticas cotidianas que se modificam lentamente e das relações e tensões que acontece o emergir da história. Portanto a história da expansão e a importância social desse processo parte da visão dos protagonistas, precisamente dos estudantes e profissionais da UESPI - Campus de Corrente.

A cidade de Corrente está distante 874 Km da capital - Teresina e faz parte da Microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense (IBGE, 2000). A distância de Corrente para os grandes centros tem levado a comunidade a construir uma história singular de luta pela educação em todos os níveis. Em busca de uma análise do processo histórico de interiorização, colocam-se relatos orais; que representam, segundo Ferreira e Grossi (2004, p. 47), “[...] paisagens onde se esboçam algumas das questões, afetos e produções que estão mobilizando certa existência [...]”.

A existência da qualidade social da educação superior naquela cidade pode ser percebida em entrevistas realizadas com coordenadores (3 sujeitos) e nas histórias de vida de ex-alunos das duas primeiras turmas da UESPI (7 sujeitos), transcrevendo-se nesse artigo três depoimentos orais desses ex-alunos.

Nos relatos orais abaixo transcritos, podem ser percebidos os diversos aspectos relacionados à educação superior nessa região, tais como: a história da universidade naquela cidade, a importância da educação superior e seu impacto na educação básica,

as transformações ocorridas na vida dos seus protagonistas, tanto em âmbito pessoal como comunitário, a inclusão social desses sujeitos possibilitando a participação como construtores de sua história, como seres históricos. “Mas esse ser histórico só existe, só se constrói, de modo social, na relação com os demais seres humanos” (PARO, 2001, p. 9). Sobre alguns desses aspectos, assim se expressa a ex-aluna da 1ª turma do curso Pedagogia em Corrente :

A UESPI enquanto instituição de ensino superior teve sua primeira turma iniciada em 1993 com o primeiro vestibular, daí então, mesmo contando com a primeira turma da Universidade Federal, nós já podemos ver que mudanças vêm ocorrendo e elas são notórias, porque até então quem podia estudar em Corrente era quem podia ir para Teresina, ou para Brasília, ou Salvador, Recife e com muita dificuldade. Hoje nós podemos ver que esse quadro tem mudado significativamente, isso é importância social porque, quando nós temos um maior número de pessoas graduadas em uma comunidade, nós podemos ver que a qualidade dos serviços prestados por esses profissionais a essa comunidade são de uma qualificação bem mais nítida. Aqui em Corrente a educação mudou, tem mostrado uma nova cara, mudou o perfil dos professores. Quem era professor de Corrente? Pessoas com o curso Normal, ou que não tinham naquela época o segundo grau, hoje ensino médio, ou por indicação política [...] hoje temos um número reduzido de pessoas que não tenham nível superior [...] é uma Universidade respeitada, a gente sabe que a UESPI se expandiu muito, que se reclama da qualidade de ensino [...] Corrente conta hoje na UESPI com quatro mestres na área de educação, dois mestres na área de agronomia e um na área de zootecnia, um doutor na área de zootecnia. É um quadro privilegiado, isso mostra que é uma instituição importante e que tem impactado nas transformações em busca da melhor qualidade de vida desse povo (DEPOIMENTO DE UMA EX-ALUNA – ATUAL PROFESSORA DA UESPI).

Observa-se no exposto que a

universidade tem proporcionado autonomia, inclusão social, ou seja, a cidadania, com sujeitos autônomos, participativos. Percebe-se que a entrevista, considerada como algo, que segundo Dagnino (1994, p. 107) não sendo definida e delimitada previamente “[...] responde a dinâmica dos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico”, possibilitando uma visão do real.

Transcrevem-se outros depoimentos orais nos quais se percebe a importância da expansão da Universidade, mostrando mais uma vez seus reflexos na educação básica, na qualificação dos profissionais da educação, na formação identitária desses profissionais e na realização de um sonho considerado impossível, o de um curso de graduação voltado não só para atender a elite de Corrente, mas aos filhos (as) de vaqueiros, domésticas, entre outras pessoas que jamais teriam como sair em busca de uma educação superior.

Eu acho que a expansão da universidade de Corrente foi de grande importância para o ensino de Corrente, para a vida social dos correntinos. Houve uma mudança de vida do pessoal de Corrente, eu mesmo sou um dos exemplos. Eu antes não tinha uma casa para morar, não tinha um emprego, eu hoje consegui uma qualidade de vida melhor devido ao estudo que consegui através dessa universidade. Como já falei para você eu fiz uma pós-graduação nessa universidade, devo tudo a essa universidade. [...] Se você fizer uma pesquisa hoje em Corrente, para você vê como está o grau de instrução do corpo docente de Corrente, você vai perceber que quase todos os professores têm curso superior, em todos os níveis de ensino, tanto o ensino privado como o ensino público municipal e estadual. Para atender a proposta do MEC os professores estão correndo atrás de suas qualificações [...] Temos hoje uma universidade estadual de qualidade e uma faculdade particular também de qualidade (DEPOIMENTO DE UM EX-ALUNO DA UESPI – ATUAL PROFESSOR DA UESPI).

ESTADO E MUNICÍPIO).

Ao se analisar esse depoimento percebe-se o que Brandão (2005) considera como interpretação equivocada do art. 62 da LDB, quando o professor diz que “Para atender à proposta do MEC, os professores estão correndo atrás de suas qualificações”. Considera-se louvável defender a melhoria da qualidade e o nível de formação profissional dos docentes, no entanto não se pode fazer crer que os profissionais já atuantes na educação infantil e no ensino fundamental teriam que ter a formação de nível superior. Observa-se de um modo geral que há um entendimento de que a lei obriga todos os professores a concluir um curso superior.

Coloca-se também uma parte da história oral de vida de uma ex-aluna da UESPI (1ª turma Pedagogia), tendo “história oral de vida” na concepção de Meihy (2002, p. 130) tratando-se da “[...] narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa”. Assim, pegou-se parte da experiência de vida dessa aluna atual professora substituta da UESPI – Campus de Corrente:

Minha história de vida é muito parecida com a história de vida de algumas pessoas que fazem parte da UESPI. Eu nasci no interior, estudei em escola do interior, em seguida vim para a cidade, morei em casa de família para estudar. [...] hoje eu trabalho como supervisora pedagógica no ensino municipal, que também é um fruto pelo estudo realizado aqui na Universidade Estadual do Piauí. [...] Outro aspecto muito positivo da universidade foi a criação dos cursos de pós-graduação, Docência Superior e hoje já estou me escrevendo para fazer a Supervisão Pedagógica que vai ser também implantada aqui na UESPI. [...] Falando da qualidade social da UESPI, muitas críticas muitas vezes existem, mas eu acredito muito na qualidade da instituição [...] A UESPI aqui em Corrente mudou a vida de muitas pessoas, inclusive a minha, porque sem a UESPI eu não teria a oportunidade de fazer uma graduação [...] [...] Eu agradeço assim,

de coração a expansão da UESPI, que deu oportunidade não só para mim, mas a muitas pessoas (DEPOIMENTO – EX-ALUNA DA UESPI – 1ª TURMA PEDAGOGIA).

Observa-se na fala dessas pessoas, em seus gestos e emoções, que a entrevista oral proporciona ao pesquisador, que os alunos entrevistados consideram que a expansão da educação superior como algo de grande relevância em suas vidas, proporcionando-lhes qualidade de vida e inserindo-os nas diversas atividades sociais antes percebidas como fora de alcances.

Teresinha Rios (2001) defende que a melhor qualidade é a “qualidade ausente”, aquela de que se está à procura e que tem um caráter utópico. Segundo Galeano (1994, p. 310), é aquela que, por mais que se caminhe, jamais se alcançará, pois ela é utópica: “Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar”. Esse sentido utópico, existe para as pessoas das fazendas, que jamais haviam ousado pensar em um curso superior. Hoje são filhos de vaqueiros, mas agrônomos, pedagogos, advogados, professores qualificados por expansão que desfez a utopia.

Considerações Finais

Não se pode desconsiderar o caráter elitista das políticas da educação superior, nem tampouco deixar de reconhecer que estão voltadas para adequar a universidade ao mercado, que, no caso do Brasil, corresponde ao “milagre econômico” dos anos 1970, ao processo conservador de abertura política dos anos de 1980 e ao neoliberalismo dos anos de 1990. Mas, segundo Hélios Trindade (2001, p. 22), “a universidade preservou-se como instituição social por ter atendido a essas demandas societárias nas diferentes fases históricas”.

Assim, a universidade, por ser organizada no interior da sociedade, não se aparta da mesma no que diz respeito a sua constituição histórico-geográfica. Ela procura apresentar-se como instituição autônoma, procurando, de forma crítica, construir e transmitir conhecimento e cultura por meio da pesquisa e do ensino. No entanto, urge uma compreensão das diferentes dinâmicas universitárias e das tendências das políticas educacionais, para que se possam buscar novos caminhos para que a universidade atenda às diversas necessidades que lhes são externas, sem, contudo, perder sua função social.

Em Corrente, percebe-se que a política de expansão da educação superior não foge às características comuns das políticas da década em que foi historicamente construída, mas a dinâmica de cada relação e a capacidade que a educação tem de ser

inerente a cada sociedade e de se construir conforme esses anseios possibilitaram transformações de vida, talvez pela forma singular como o povo de Corrente se relaciona com a educação e cultura. A educação cumpre assim sua missão de “[...] transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor, de acordo com as imagens que se tem de uns e outros [...]” (BRANDÃO, 2004, p. 12).

Logo, apesar de seu caráter de massificação, pois não houve crescimento proporcional da infra-estrutura de atendimento como construção ou reforma das bibliotecas, de salas de aula, laboratórios, entre outros, observa-se que a interiorização da UESPI promoveu a possibilidade da construção de uma nova história da educação superior na região de Corrente. Em tal história, contada por novos atores, pode-se perceber, segundo as palavras de Lopes (1989), a construção de uma história vista de baixo.

Referências

- BRANDÃO, C. da F. **LDB passo a passo**. 2. ed. São Paulo: Avercamp, 2005.
- _____. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BRASIL. Fundação Cepro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. **Piauí: visão global**. 2.ed. Teresina: CEPRO, 2003.
- BRASIL. Governo do Estado do Piauí. **Atlas de Desenvolvimento Humano: Perfil dos municípios**. Teresina: [s.n], 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação – PNE**. Brasília Inep, 2003.
- CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.
- CURY, C. J. **Legislação educação brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). **Os anos noventa: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DOURADO, L. F. A Reforma do Estado e as políticas de formação de professores nos anos de 1990. In: DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (Orgs.). **Políticas Públicas & Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.
- DOURADO, L. F.; CATANI, A. M. (Orgs.). **Universidade Pública: Políticas e Identidade Institucional**. Campinas, SP: Autores Associados, GO: UFG, 1999.
- ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Ed. 70, 1999.
- FERREIRA, A. C.; GROSSI, Y. de S. A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios. In: **História Oral: Revista da Associação de História Oral**, n. 7, jun. 2004. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral. V. 7, 2004.

- FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GALEANO, E. **As palavras andantes**. Rio de Janeiro: L & PM, 1994.
- LOPES, E. M. T. **Perspectivas históricas da educação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 4. ed. São Paulo, [s.n.], 2002.
- OLIVEIRA, R. P. (Org.). **Política educacional**: impasses e alternativas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- PARO, V. H. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.
- RIOS, T. A. **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2001.
- SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 11. ed. São Paulo: Autores Associados, 1999.
- _____. **Política e educação no Brasil**: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino, 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- TRINDADE, H. (Org.). **Universidade em ruínas na república dos professores**. 3. ed. Petrópolis: Vozes/Cipedes, 2001.